



TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

CNPJ nº 04.244.527/0001-12

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais - R\$)

Relatório da Diretoria:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2023. Permanecemos a inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários. A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	122.178.607	103.188.668
Contas a receber de clientes	10	11.239.935	1.732.488
Estoques	11	7.889.261	5.904.901
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.981	18.795
Impostos a recuperar		43.864	-
Outros créditos		838.770	722.096
Total do ativo circulante		142.211.418	111.566.948
Não circulante			
Depósito judiciais		316.521	327.379
Total do realizável a longo prazo		316.521	327.379
Imobilizado	12	270.676.020	265.386.814
Intangível		296.783	172.706
Direito de uso	26	56.168.361	56.704.166
Total do ativo não circulante		327.457.685	322.591.065
Total do Ativo		469.669.103	434.158.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: O Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Companhia") está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuária para graneis sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos ("Terminal"). A Companhia possui contrato de exploração com a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a reconposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente. A Companhia efetua pagamentos mensais à Autoridade Portuária de Santos (APS) e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores: (a) R\$1,44 por tonelada de mercadoria embarcada devido a utilização da infraestrutura terrestre. (b) R\$ 0,840 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e de abril em diante passamos a pagar R\$ 0,880. (c) R\$ 32.776,00 mensais aproximadamente por consumo de água. (d) R\$ 194.266,71 de aluguel (fixo). Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme clausula sétima, partindo de 1.832.611 toneladas em 2017 até o limite de 4.200.070 toneladas para o ano de 2034. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 45001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Atração de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha causas justificadas. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da APS, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Em maio de 2021 a Companhia implanta oficialmente seu código de conduta após disseminação da sua Missão, Visão e Valores em janeiro de 2021 e em agosto de 2022 o Conselho de Administração autoriza a criação das áreas de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance em função do grande crescimento do Terminal. Após iniciadas as obras de expansão em janeiro de 2020 em atendimento a renovação antecipada do contrato, em maio de 2021 a Companhia inaugurou o Berço 37 aumentando a produtividade e competitividade comercial. Em agosto de 2021 a Companhia implantou o Conselho de Administração. Em setembro de 2021 a Companhia adquiriu um empréstimo de R\$230 milhões via NCE com o Banco Itaú e prazo de pagamento de 7 anos a fim de continuar as obras da "Fase 2 e 4 do Projeto de Expansão".

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros: classificação de instrumentos financeiros; e **Nota explicativa nº 7 (h)**, e **26 - Operações e classificações de arrendamento mercantil**: determinação se um contrato contém um arrendamento ou não. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota explicativa nº 18** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **(i) Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis às novas normas CPC's e interpretações - Informação de políticas contábeis materiais: A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações afetaram a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também forneceram orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 7 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

7. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Variações cambiais e monetárias passivas; • Variações cambiais e monetárias ativas; e • Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **d. Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores dos estoques da Companhia, referem-se exclusivamente a itens adquiridos com a função de manter a manutenção das operações do Terminal. **g. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **(iii) Depreciação:**

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
	Nota explicativa	2023	2022
Fornecedores	13	6.451.498	11.299.307
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	14	5.263.799	4.153.032
Impostos a recolher	15	8.346.392	7.917.127
Empréstimos e Financiamentos	16	54.105.268	9.389.440
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	5.487.628	703.932
Adiantamento de clientes		-	21.750
Passivo de arrendamento	26	6.300.833	5.996.935
Partes relacionadas	25	191.607	156.454
Dividendos a pagar	25	27.754.792	8.000.000
Total do passivo circulante		113.901.817	47.637.977
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	277.206	1.488.346
Empréstimos e Financiamentos a longo prazo	16	184.000.000	229.675.842
Passivo de arrendamento	26	55.020.562	54.503.896
Provisão para processos judiciais	19	66.965	-
Total do passivo não circulante		239.364.733	285.668.084
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		72.000.000	50.000.000
Reservas de lucros		42.980.552	48.713.996
Ajustes de avaliação patrimonial		1.422.001	2.137.957
Total do patrimônio líquido		116.402.553	100.851.953
Total do passivo		353.266.550	333.306.061
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		469.669.103	434.158.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)							
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		28.000.000	30.178.417	583.118	1.105.271	2.685.046	62.551.852
Aumento de capital conforme AGO/E datada de 31/05/2022	20.a	22.000.000	(22.000.000)	-	-	-	-
Distribuição de lucros (R\$ por ação)		-	(8.000.000)	-	-	-	(8.000.000)
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	(547.089)	547.089
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.300.101	46.300.101
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	20.b	-	-	2.315.004	-	(2.315.004)	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	4.630.009	-	(4.630.009)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	20.b	-	39.902.177	-	-	(39.902.177)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		50.000.000	40.080.594	2.898.122	5.735.280	2.137.957	100.851.953
Aumento de capital conforme AGE datada de 30/11/2023	20.a	22.000.000	(15.000.000)	(2.000.000)	(5.000.000)	-	-
Distribuição de lucros (R\$ por ação)		-	(22.000.000)	-	-	-	(22.000.000)
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	(715.956)	715.956
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	65.305.392	65.305.392
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	20.b	-	-	3.265.269	-	(3.265.269)	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	6.530.539	-	(6.530.539)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.c	-	-	-	-	(27.754.792)	(27.754.792)
Constituição da reserva de retenção de lucros	20.b	-	28.470.748	-	-	(28.470.748)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		72.000.000	31.551.342	4.163.391	7.265.819	1.422.001	116.402.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	média ponderada - %
Móveis e utensílios	9,57
Instalações	10,00
Máquinas e equipamentos	6,50
Veículos	20,00
Equipamentos e periféricos de informática	20,00
Construção civil	2,38
Armazem	2,38
Sistema de recebimento	8,57
Sistema de expedição	6,03
Energização	5,43
Direito de uso	20,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **b. Concessões:** A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente. **i. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de o ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. **(i) Como arrendatório:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente no custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento reverso fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **j. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	22	261.826.696	195.940.477
Custo dos serviços prestados	23	(107.222.309)	(83.572.006)
Lucro bruto		154.604.387	112.368.471
Despesas administrativas</			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

ma; ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento"; • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Restituição de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para títulos de dívida mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entre essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a demais ativos, exceto em casos de ágios, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **I. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **m. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável. **n. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia require a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura a valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ambos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

8. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26); As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia tem títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora o passivo esteja classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31 de dezembro de 2023. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação; • Imposto mínimo complementar global; • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	5.383.779	7.350.819
Aplicações financeiras (i)	116.794.828	95.837.849
	122.178.607	103.188.668

(i) As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 102,42% (Banco Itaú), 106,30% (Banco Votorantim) e 101,83% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, (99,5% (Banco Itaú), 106,88% (Banco Votorantim) e 102% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2022), os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

10. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	11.239.935	1.732.488

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contas a receber de clientes está substancialmente maior em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em função do volume embarcado, com recebimento em aberto, no final do mês de dezembro de cada ano. Em dezembro de 2023 ainda não tinham sido recebidos os faturamentos equivalentes à 249.235 tons embarcadas, contra 40.730 tons em dezembro de 2022. A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 21.

11. Estoques

	2023	2022
Materiais de almoxarifado	7.889.261	5.904.901
	7.889.261	5.904.901

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	503.211	376.629
Adições / Reversões	(66.788)	126.582
Saldo final	436.423	503.211

12. Imobilizado: a. Composição do imobilizado

	2023		2022			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.004.035	(412.207)	591.828	814.599	(348.056)	466.543
Instalações	494.148	(288.487)	205.661	425.640	(250.768)	174.872
Máquinas e equipamentos	3.466.128	(3.214.230)	251.898	3.450.138	(3.166.234)	283.904
Veículos	171.672	(158.062)	13.610	171.672	(138.536)	33.136
Equipamentos e periféricos de informática	926.685	(393.354)	533.331	611.606	(258.282)	353.324
Construção civil	8.144.442	(5.704.807)	2.439.635	18.776.371	(9.158.461)	9.617.910
Armazém	10.631.929	(3.970.680)	6.661.249	-	-	-
Sistema de recebimento	7.435.290	(6.956.825)	478.465	13.078.692	(11.439.232)	1.639.460
Sistema de expedição	10.889.236	(10.076.028)	813.208	11.884.356	(10.539.214)	1.345.142
Energização	1.235.555	(1.235.555)	-	1.235.555	(1.235.555)	-
Máquinas e equipamentos - área comum	-	-	546.206	546.206	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	716.757	(531.632)	185.125	559.789	(492.007)	67.782
P.E. Construção Civil	33.658.076	(1.522.390)	32.135.686	12.266.686	(775.104)	11.491.582
P.E. Sistema de expedição	30.114.107	(15.405.736)	14.708.371	58.659.617	(18.415.221)	40.244.396
P.E. Instalações	53.203.939	(4.807.758)	48.396.181	9.828.347	(1.548.073)	8.280.274
P.E. Máquinas e equipamentos	15.926.311	(1.063.247)	14.863.064	239.335	(24.095)	215.240
P.E. Correia	39.993.090	(1.695.050)	38.298.040	-	-	-
Transportadora	28.545.510	(14.741.409)	13.804.101	-	-	-
P.E. Shiploader	459.390	(10.648)	448.742	-	-	-
P.E. Gates	68.442.063	(1.370.961)	67.071.102	-	-	-
P.E. Silo	1.853.037	(191.193)	1.661.844	-	-	-
P.E. Berço e Cais	764.499	(78.999)	685.500	-	-	-
P.E. Outros	-	-	-	-	-	-
Benefiteira em bens de terceiros	104.635	(3.689)	100.946	-	-	-
Outros Imobilizados em andamento	563.834	-	563.834	47.142	-	47.142
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Cívicas	1.195.543	-	1.195.543	81.574.749	-	81.574.749
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	11.821.499	-	11.821.499	71.936.186	-	71.936.186
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica	5.311.078	-	5.311.078	19.079.532	-	19.079.532
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	6.386.113	-	6.386.113	5.894.161	-	5.894.161
Adiantamento de Imobilizado	1.050.366	-	1.050.366	12.641.479	-	12.641.479
	344.508.967	(73.832.947)	270.676.020	323.721.858	(58.335.044)	265.386.814

	2022				2023			
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência
Móveis e utensílios	814.599	209.573	(20.137)	-	1.004.035	494.148	(19.800)	-
Instalações	425.640	48.097	(3.261)	23.672	494.148	46.471	(10.681)	3.466.128
Máquinas e equipamentos	3.450.138	171.672	-	-	3.466.128	171.672	-	-
Veículos	171.672	-	-	-	171.672	-	-	-
Equipamentos e periféricos de informática	611.606	232.593	(2.658)	85.144	926.685	-	-	-
Construção civil	18.776.371	-	-	(10.631.929)	8.144.442	-	-	-
Armazém	-	-	-	10.631.929	10.631.929	-	-	-
Sistema de recebimento	13.078.692	2.718	(5.646.120)	-	7.435.290	-	-	-
Sistema de expedição	11.884.356	-	(995.120)	-	10.889.236	-	-	-
Energização	1.235.555	-	-	-	1.235.555	-	-	-
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	-	(546.206)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	559.789	156.968	-	-	716.757	-	-	-
P.E. Construção Civil	12.266.686	-	(100)	21.391.490	33.658.076	-	-	-
P.E. Sistema de expedição	58.659.617	-	-	(28.545.510)	30.114.107	-	-	-
P.E. Instalações	9.828.347	16.414	(119.543)	43.478.721	53.203.939	-	-	-
P.E. Máquinas e equipamentos	239.335	-	-	15.686.976	15.926.311	-	-	-
P.E. Sistema de recebimento	-	4.884	(56.678)	51.794	-	-	-	-
P.E. Correia Transportadora	-	-	-	39.993.090	39.993.090	-	-	-
P.E. Shiploader	-	-	-	28.545.510	28.545.510	-	-	-
P.E. Gates	-	-	-	459.390	459.390	-	-	-
P.E. Silo	-	-	-	68.442.063	68.442.063	-	-	-
P.E. Berço e Cais	-	-	-	1.853.037	1.853.037	-	-	-
P.E. Outros	-	-	-	764.499	764.499	-	-	-
Benefiteira em bens de terceiros	-	-	-	104.635	104.635	-	-	-
Outros Imobilizados em andamento	47.142	614.827	-	(98.135)	563.834	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Cívicas	81.574.749	13.096.302	-	(93.475.508)	1.195.543	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	71.936.186	12.369.204	(100.020)	(72.383.871)	11.821.499	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica	19.079.532	12.937.651	-	(26.706.105)	5.311.078	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	5.894.161	152.163	-	339.789	6.386.113	-	-	-
Adiantamento de Imobilizado	12.641.479	1.035.447	(12.626.560)	-	1.050.366	-	-	-
	323.721.858	40.923.312	(20.136.203)	-	344.508.967	-	-	-

	2021				2022			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo	Adições	Baixas	Transferência
Móveis e utensílios	603.769	187.016	-	23.814	814.599	421.835	-	425.640
Instalações	421.835	3.805	-	-	425.640	3.805	-	-
Máquinas e equipamentos	3.340.939	154.806	(44.707)	-	3.450.138	154.806	-	-
Veículos	171.672	-	-	-	171.672	-	-	-
Equipamentos e periféricos de informática	353.415	283.121	(24.930)	-	611.606	-	-	-
Construção civil	18.776.371	-	-	-	18.776.371	-	-	-
Sistema de recebimento	13.714.648	-	(635.956)	-	13.078.692	-	-	-
Sistema de expedição	12.948.356	-	(1.064.000)	-	11.884.356	-	-	-
Energização	1.301.488	-	(65.933)	-	1.235.555	-	-	-
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	-	-	-	546.206	-	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.849	78.940	(76.000)	-	559.789	-	-	-
P.E. Construção civil	12.266.686	-	-	-	12.266.686	-	-	-
P.E. Sistema de expedição	58.659.617	-	-	-	58.659.617	-	-	-
P.E. Instalações	9.756.661	71.686	-	-	9.828.347	-	-	-
P.E. Máquinas e equipamentos	55.335	-	-	184.000	239.335	-	-	-
Outros Imobilizados em andamento	-	70.956	-	(23.814)	47.142	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Obras Cívicas	29.452.255	52.123.155	(661)	-	81.574.749	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Equip. Mecânicos	291.556	71.828.630	-	(184.000)	71.936.186	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Elétrica	572.383	18.529.171	(22.022)	-	19.079.532	-	-	-
I. A. Proj. Exp. Utilidades	4.088.154	1.826.007	(20.000)	-	5.894.161	-	-	-
Adiantamento de Imobilizado	62.869.221	33.838.913	(84.066.655)	-	1			

embarque por meio de contratos celebrados anualmente e o faturamento é efetuado por meio de embarques individuais, em que são recebidos 50% do valor antes da atracação e 50% cinco dias após a desatracação, este risco acaba sendo eliminado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano. A Companhia atualmente está trabalhando com 100% em contratos assinados em função da demanda e negociando outros contratos de longo prazo. **Garantias:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuiu garantias cedidas a terceiros. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de

Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas	
	Exposição em 2023
Instrumentos	
Ativos financeiros	116.794.828
Aplicações financeiras	
Passivos financeiros	
Empréstimo	(238.105.268)
Total	(121.310.440)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	
Risco de taxa de juros - Depreciação das taxas	

Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas	
	Exposição em 2023
Instrumentos	
Ativos financeiros	116.794.828
Aplicações financeiras	
Passivos financeiros	
Empréstimo	(238.105.268)
Total	(121.310.440)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	
Risco de taxa de juros - Depreciação das taxas	

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. Para garantir a efetividade dos controles, a Companhia implementou a área de Controles Internos e Gestão de Riscos para gerenciamento de ações mitigadoras, de monitoramento e revisão de controles. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

	2023	2022
22. Receita operacional líquida		
Receita de serviços prestados	279.313.654	210.281.706
(-) Impostos sobre receita bruta	(17.486.958)	(14.341.229)
Receita operacional líquida	261.826.696	195.940.477
23. Custos e despesas por natureza		
Pessoal	(40.768.512)	(30.661.809)
Depreciação	(21.934.287)	(15.161.197)
Tarifas portuárias	(17.544.654)	(10.600.183)
Estiva	(15.161.173)	(11.549.138)
Gerais	(12.238.564)	(8.512.179)
Manutenção	(7.403.947)	(5.852.268)
Amortização de direito de uso	(3.419.584)	(4.624.770)
Aluguel de equipamentos (i)	(3.373.112)	(2.336.412)
Tributárias	(1.336.807)	(6.499.972)
Serviços prestados por terceiros	(1.309.400)	(1.696.725)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(12.711.653)	(4.811.270)
	(137.201.693)	(102.305.923)
	2023	2022
Custo dos serviços prestados	(107.222.309)	(83.572.006)
Despesas administrativas	(17.267.731)	(13.922.647)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (a)	(12.711.653)	(4.811.270)
	(137.201.693)	(102.305.923)

(a) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	2023	2022
Projeto Expansão (ii)	(12.079.085)	(6.981.517)
Outros	(632.568)	2.170.247
	(12.711.653)	(4.811.270)

Aos Conselheiros e Diretores do Terminal XXXIX de Santos S.A. - Santos - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal XXXIX de Santos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 14 de abril de 2023, sem modificação.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco da taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas às suas dívidas. **Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável:** Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, sendo que se refere a uma projeção das despesas para os próximos meses. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

	Risco	Cenários						
		%		Provável Valor	Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
	% CDI	12,06%	14.085.456	15,08%	17.606.820	18,09%	21.128.184	
CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	17,19%	(40.924.343)	20,63%	(49.109.212)	(27.981.027)	
			(18.654.018)		(23.317.523)		(4.663.505)	
							(9.327.009)	

	Risco	Cenários						
		%		Provável Valor	Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
	% CDI	12,06%	14.085.456	9,05%	10.564.092	6,03%	7.042.728	
CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	10,31%	(24.554.60)	6,88%	(16.369.73)	(9.327.009)	
			(18.654.018)		(13.990.514)		(4.663.505)	
							(9.327.009)	

(i) As despesas com aluguel de equipamentos se referem substancialmente a locação de locomotiva utilizada na descarga, para manobra interna de vagões no montante de R\$ 1.108.829, plataformas elevatórias para manutenções diversas no montante de R\$ 510.761 e outras máquinas e equipamentos de forma esporádica no fluxo das operações no montante de R\$ 107.774. Estes aluguéis não estão no escopo do CPC 06 por se tratar de contratos de baixos valores e de curtíssimo prazo e, desta forma, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Está no escopo apenas o contrato de locação das Pás Carregadeiras, que no ano totalizou o montante de R\$ 1.648.747. (ii) As despesas com o Projeto expansão refere-se substancialmente a gastos com esta finalidade, tais como acessoria de engenharia, locações de plataformas, ajustes em equipamentos.

	2023	2022
24. Resultado financeiro		
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	12.263.546	14.541.203
Descontos obtidos	1.341	128
Juros ativos	281.173	382.735
Variações cambiais ativas	814.331	1.919.442
Variações monetárias ativas	20.966	-
	13.381.357	16.843.508
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(28.189)	(22.640)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.317.030)	(32.741.509)
Ajuste a valor presente	(4.396.075)	(5.504.599)
Variações cambiais passivas	(1.353.664)	(2.455.808)
Juros passivos	(2.544)	(72.476)
	(40.097.502)	(40.797.032)
	(26.716.145)	(23.953.524)

25. Partes relacionadas - a. Controladoras: A Companhia é controlada em conjunto por Rumo S.A. e Caramuru Alimentos S.A. **b. Saldos e transações:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações: Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são conforme abaixo:

	2023	2022
Contas a pagar		
Caramuru Alimentos S.A.	191.607	156.454
Total do contas a pagar	191.607	156.454
Dividendos a pagar		
Caramuru Alimentos S.A.	13.877.396	4.000.000
Rumo S.A.	13.877.396	4.000.000
Total dos dividendos a pagar	27.754.792	8.000.000
Total geral	27.946.399	8.156.454

	2023	2022
Movimentação de dividendos estão apresentadas conforme abaixo:		
Saldo inicial	8.000.000	-
Distribuição de lucros	22.000.000	8.000.000
Distribuição de lucros - pagos	(30.000.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	27.754.792	-
Saldo final	27.754.792	8.000.000

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são conforme abaixo:

	2023	2022
Caramuru Alimentos S.A.		
Receitas:		
Receita de serviços prestados	9.684.944	15.851.381
Total das receitas de serviços prestados	9.684.944	15.851.381
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Custos e despesas com operação portuária + Rateio CSC	(2.256.501)	(2.902.663)
Total dos custos e despesas operacionais	(2.256.501)	(2.902.663)
Rumo Malha Paulista S.A. & Elevações Portuárias S.A.		
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	(1.221.851)	(1.221.851)
Rateio de custos CSC Intragrupo	-	(369.216)
Total dos custos e despesas operacionais	(1.221.851)	(1.591.067)

c. Remuneração da Administração: Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 1.678.336 (R\$ 930.151 em 2022) e inclui salários e benefícios variáveis. **d. Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia foi contratada por Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de grãos para exportação em sistema de pool no terminal da contrada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 147.000 toneladas de Farelo de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos do contratado. A quantidade total contratada foi embarcada em 31 de dezembro de 2023, considerando o percentual de tolerância previsto no contrato.

26. Direito de uso e passivo de arrendamento - a. Arrendamentos como arrendatário CPC 06: Considerando os requisitos da norma, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros dos arrendamentos, anteriormente registradas como despesas de arrendamento operacional. A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050. A Companhia também é arrendatária de quatro Pás Carregadeiras e Escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

(i) Ativos de direito de uso:
A movimentação do direito de uso, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.467.513
Remensuração	14.413.453
Amortização	(3.176.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.704.166
Composição	
Valor do custo	61.328.937
Amortização acumulada	(4.624.770)
Imobilizado líquido	56.704.166
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.704.166
Remensuração	2.883.779
Amortização	(3.419.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.168.361
Composição	
Valor do custo	59.587.945
Amortização acumulada	(3.419.584)
Imobilizado líquido	56.168.361

(ii) Passivo de arrendamento:
A movimentação do passivo de arrendamento, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.859.494
Remensuração de contratos	14.413.452
Pagamento de principal	(5.504.600)
Pagamento de juros	(772.116)
Juros provisionados	5.504.600
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.500.830
Passivo circulante	5.996.935
Passivo não circulante	54.503.896
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.500.830
Remensuração	2.883.779
Pagamento de principal	(4.396.075)
Pagamento de juros	(2.063.214)
Juros provisionados	4.396.075
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.321.395
Passivo circulante	6.300.833
Passivo não circulante	55.020.562

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 7,36%, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. De acordo com a legislação tributária vigente, a Empresa tem o direito de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o fluxo de pagamentos para liquidação do seu passivo de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2023 é de cerca de R\$ 5.596.327 em 31 de dezembro de 2022). **(iii) Opções de prorrogação:** Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

27. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 328.050.000 (R\$ 304.050.000 em 31 de dezembro de 2022), referindo-se a danos materiais, responsabilidade civil com a apólice de Operador Portuário com cobertura de R\$ 154.050.000 e Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis, com cobertura de R\$ 124.000.000.

Antônio Ismael Ballan - Diretor Superintendente
Altamir Perottoni Junior - Diretor Operacional
Ademilson Vitorino Alves - Contador - CRC IPR 031013/O "T" SP

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC ISP249851/O-8

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

